

PRF

POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

Agente Administrativo –
Classe A, Padrão I

**COM BASE NO EDITAL Nº 1 – DPRF
– ADMINISTRATIVO, DE 13 DE
SETEMBRO DE 2012**

CÓD: SL-080JH-23
7908433239581

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos	9
2. Tipologia textual	10
3. Ortografia oficial	10
4. Acentuação gráfica	11
5. Emprego das classes de palavras	12
6. Emprego do sinal indicativo de crase	20
7. Sintaxe da oração e do período	21
8. Pontuação	24
9. Concordância nominal e verbal	26
10. Regência nominal e verbal	27
11. Significação das palavras	30
12. Redação de correspondências oficiais: Manual de Redação da Presidência da República	30

Ética e conduta pública

1. Ética e moral	61
2. Ética, princípios, valores	61
3. Ética e democracia: exercício da cidadania	62
4. Ética e função pública	63
5. Ética no setor público	65
6. Decreto nº 1.171/1994 - Código de Ética Profissional do Serviço Público	69
7. Decreto nº 6.029/2007 (Institui Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal)	71
8. Lei nº 8.112/1990 - regime disciplinar: deveres e proibições, acumulação de cargos, responsabilidades, penalidades	73
9. Lei nº 8.429/1992: disposições gerais, atos de improbidade administrativa	99

Noções de informática

1. Conceitos e modos de utilização de aplicativos para edição de textos, planilhas e apresentações	111
2. Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet. Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet e intranet. de busca e pesquisa	119
3. Conceitos e modos de utilização de ferramentas e aplicativos de navegação de correio eletrônico	123
4. De grupos de discussão	125
5. Conceitos de tecnologia de informação: sistemas de Informações e conceitos básicos de Segurança da Informação	128

Legislação relativa à PRF

1. Perfil constitucional: funções institucionais.....	141
2. Art. 20 da Lei nº 9.503/1997	142
3. Decreto nº 1.655/1995	142
4. Decreto nº 6.061/2007	143

Noções de matemática

1. Números inteiros, racionais e reais.....	161
2. Sistema legal de medidas. Comprimento, área, volume, massa, tempo, ângulo e arco. Transformação de unidades de medida.....	163
3. Razões e proporções. Proporcionalidade, regras de três, divisão de grandezas em partes proporcionais.....	169
4. médias aritmética, geométrica e ponderada	171
5. Porcentagem.....	173
6. Capital, tempo, juros simples e compostos. Taxas de juros nominal, efetiva, equivalentes, proporcionais, real e aparente. Montante, capitalização e descontos.....	175
7. Equações e inequações de 1º e de 2º graus	180
8. Funções e gráficos.....	183
9. Progressões aritméticas e geométricas	187
10. Funções exponenciais e logarítmicas.....	187

Noções de direito constitucional

1. Constituição. Conceito, classificações.....	199
2. Princípios fundamentais.	205
3. Direitos e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos.	205
4. Organização político-administrativa. União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.	212
5. Administração pública. Disposições gerais, servidores públicos.	217
6. Poder legislativo. Congresso nacional, câmara dos deputados, senado federal, deputados e senadores.	220
7. Poder executivo. atribuições do presidente da República e dos ministros de Estado.	224
8. Poder judiciário. Disposições gerais. Órgãos do poder judiciário. Competências. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Composição e competências.	225
9. Funções essenciais à justiça. Ministério público, advocacia e defensoria públicas.	228

Noções de direito administrativo

1. Ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies e invalidação. Anulação e revogação. Prescrição.	237
2. Controle da administração pública: controle administrativo, controle legislativo e controle judiciário	248
3. Agentes administrativos: investidura e exercício da função pública. Direitos e deveres dos servidores públicos.....	252
4. Processo administrativo: conceito, princípios, fases e modalidades.	264
5. Poderes da administração: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar e regulamentar	266
6. Princípios básicos da administração.	272
7. Responsabilidade objetiva da administração.....	274
8. Improbidade administrativa.....	278
9. Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação, formas e competência de prestação	284
10. Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada	295
11. Lei nº 8.112/1990 e alterações.	298
12. Lei nº 8.666/1993, arts. 1º a 6º, 20 a 26, e 54 a 80, e alterações	323
13. Lei nº 9.784/1999: processo administrativo no âmbito da administração pública federal.....	335

Noções de estatística

1. Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose).....	351
2. Probabilidade. Definições básicas e axiomas. Probabilidade condicional e independência. Variáveis aleatórias discretas e contínuas	364
3. Inferência estatística	400
4. Técnicas de amostragem. Amostragem aleatória simples. Amostragem estratificada. Amostragem sistemática. Amostragem por conglomerados.....	406

TIPOLOGIA TEXTUAL

Definições e diferenciação: tipos textuais e gêneros textuais são dois conceitos distintos, cada qual com sua própria linguagem e estrutura. Os tipos textuais gêneros se classificam em razão da estrutura linguística, enquanto os gêneros textuais têm sua classificação baseada na forma de comunicação. Assim, os gêneros são variedades existentes no interior dos modelos pré-estabelecidos dos tipos textuais. A definição de um gênero textual é feita a partir dos conteúdos temáticos que apresentam sua estrutura específica. Logo, para cada tipo de texto, existem gêneros característicos.

Como se classificam os tipos e os gêneros textuais

As classificações conforme o gênero podem sofrer mudanças e são amplamente flexíveis. Os principais gêneros são: romance, conto, fábula, lenda, notícia, carta, bula de medicamento, cardápio de restaurante, lista de compras, receita de bolo, etc. Quanto aos tipos, as classificações são fixas, e definem e distinguem o texto com base na estrutura e nos aspectos linguísticos. Os tipos textuais são: narrativo, descritivo, dissertativo, expositivo e injuntivo. Resumindo, os gêneros textuais são a parte concreta, enquanto as tipologias integram o campo das formas, da teoria. Acompanhe abaixo os principais gêneros textuais inseridos e como eles se inserem em cada tipo textual:

Texto narrativo: esse tipo textual se estrutura em: apresentação, desenvolvimento, clímax e desfecho. Esses textos se caracterizam pela apresentação das ações de personagens em um tempo e espaço determinado. Os principais gêneros textuais que pertencem ao tipo textual narrativo são: romances, novelas, contos, crônicas e fábulas.

Texto descritivo: esse tipo compreende textos que descrevem lugares ou seres ou relatam acontecimentos. Em geral, esse tipo de texto contém adjetivos que exprimem as emoções do narrador, e, em termos de gêneros, abrange diários, classificados, cardápios de restaurantes, folhetos turísticos, relatos de viagens, etc.

Texto expositivo: corresponde ao texto cuja função é transmitir ideias utilizando recursos de definição, comparação, descrição, conceituação e informação. Verbetes de dicionário, enciclopédias, jornais, resumos escolares, entre outros, fazem parte dos textos expositivos.

Texto argumentativo: os textos argumentativos têm o objetivo de apresentar um assunto recorrendo a argumentações, isto é, caracteriza-se por defender um ponto de vista. Sua estrutura é composta por introdução, desenvolvimento e conclusão. Os textos argumentativos compreendem os gêneros textuais manifesto e abaixo-assinado.

Texto injuntivo: esse tipo de texto tem como finalidade de orientar o leitor, ou seja, expor instruções, de forma que o emissor procure persuadir seu interlocutor. Em razão disso, o emprego de verbos no modo imperativo é sua característica principal. Pertencem a este tipo os gêneros bula de remédio, receitas culinárias, manuais de instruções, entre outros.

Texto prescritivo: essa tipologia textual tem a função de instruir o leitor em relação ao procedimento. Esses textos, de certa forma, impedem a liberdade de atuação do leitor, pois decretam que ele siga o que diz o texto. Os gêneros que pertencem a esse tipo de texto são: leis, cláusulas contratuais, edital de concursos públicos.

ORTOGRAFIA OFICIAL

— Definições

Com origem no idioma grego, no qual *orto* significa “direito”, “exato”, e *grafia* quer dizer “ação de escrever”, ortografia é o nome dado ao sistema de regras definido pela gramática normativa que indica a escrita correta das palavras. Já a Ortografia Oficial se refere às práticas ortográficas que são consideradas oficialmente como adequadas no Brasil. Os principais tópicos abordados pela ortografia são: o emprego de acentos gráficos que sinalizam vogais tônicas, abertas ou fechadas; os processos fonológicos (crase/acentos graves); os sinais de pontuação elucidativos de funções sintáticas da língua e decorrentes dessas funções, entre outros.

Os acentos: esses sinais modificam o som da letra sobre a qual recaem, para que palavras com grafia similar possam ter leituras diferentes, e, por conseguinte, tenham significados distintos. Resumidamente, os acentos são agudo (deixa o som da vogal mais aberto), circunflexo (deixa o som fechado), til (que faz com que o som fique nasalado) e acento grave (para indicar crase).

O alfabeto: é a base de qualquer língua. Nele, estão estabelecidos os sinais gráficos e os sons representados por cada um dos sinais; os sinais, por sua vez, são as vogais e as consoantes.

As letras K, Y e W: antes consideradas estrangeiras, essas letras foram integradas oficialmente ao alfabeto do idioma português brasileiro em 2009, com a instauração do Novo Acordo Ortográfico. As possibilidades da vogal Y e das consoantes K e W são, basicamente, para nomes próprios e abreviaturas, como abaixo:

— Para grafar símbolos internacionais e abreviações, como *Km* (quilômetro), *W* (watt) e *Kg* (quilograma).

— Para transcrever nomes próprios estrangeiros ou seus derivados na língua portuguesa, como Britney, Washington, Nova York.

Relação som X grafia: confira abaixo os casos mais complexos do emprego da ortografia correta das palavras e suas principais regras:

«ch» ou «x»? deve-se empregar o X nos seguintes casos:

— Em palavras de origem africana ou indígena. Exemplo: *oxum*, *abacaxi*.

— Após ditongos. Exemplo: *abaixar*, *faixa*.

— Após a sílaba inicial “en”. Exemplo: *enxada*, *enxergar*.

— Após a sílaba inicial “me”. Exemplo: *mexilhão*, *mexer*, *mexerica*.

s» ou «x»? utiliza-se o S nos seguintes casos:

— Nos sufixos “ese”, “isa”, “ose”. Exemplo: *síntese*, *avisa*, *verminose*.

— Nos sufixos “ense”, “osa” e “oso”, quando formarem adjetivos. Exemplo: *amazonense*, *formosa*, *jocososo*.

— Nos sufixos “ês” e “esa”, quando designarem origem, título ou nacionalidade. Exemplo: *marquês/marquesa*, *holandês/holandesa*, *burguês/burguesa*.

to de outras, reinscrevendo a distinção espúria entre vidas passíveis e não passíveis de luto, isto é, entre aqueles que devem ser protegidos contra a morte a qualquer custo e aqueles cujas vidas não valem o bastante para serem salvaguardadas da doença e da morte.

Judith Butler. *O capitalismo tem seus limites*. Internet: <blogdaboitem-po.com.br> (com adaptações).

Em “Um cenário que já podemos imaginar é a produção e comercialização de uma vacina eficaz contra a covid-19”, o vocábulo “já” foi empregado com o sentido de

- (A) primeiramente.
- (B) antecipadamente.
- (C) prontamente.
- (D) inicialmente.
- (E) anteriormente.

24.(CEBRASPE (CESPE) - ANA LEG (ALECE)/ALECE/JORNALISMO/2021)

Texto 13A2-IV

Estamos acostumados à ideia de que os dados são quase um sinônimo de precisão e certeza, mas, na era digital, quanto mais dados chegam ao nosso conhecimento, maiores são as nossas incertezas e dúvidas. Em plena era dos dados, lidar com essa constatação passa a ser um desafio que vai definir o futuro do jornalismo e, especialmente, a sua inserção na, cada vez mais complexa, arena da informação pública.

Internet: <www.observatoriodaimprensa.com.br> (com alterações).

A construção sintática do segundo período do **texto 13A2-IV** é caracterizada pela presença de orações

- (A) absolutas.
- (B) subordinadas.
- (C) coordenadas.
- (D) correlativas.
- (E) interferentes.

25.(CEBRASPE (CESPE) - DP RS/DPE RS/2022)

Na sociedade líquido-moderna da hipermodernidade globalizante, o fazer compras não pressupõe nenhum discurso. O consumidor — o hiperconsumidor — compra aquilo que lhe apraz. Ele segue as suas inclinações individuais. O curtir é o seu lema.

Esse movimento social de hiperconsumismo, de vida para o consumo, guiou a pessoa natural para o caminho da necessidade, da vontade e do gosto pelo consumo, bem como impulsionou o descarte de cada vez mais recursos naturais finitos. Isso tem transformado negativamente o planeta, ao trazer prejuízos não apenas para as futuras gerações, como também para as atuais, o que resulta em problemas sociais, crises humanitárias e degradação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, além de afetar o desenvolvimento humano, ao se precificar o ser racional, dissolvendo-se toda solidez social e trazendo-se à tona uma sociedade líquido-moderna de hiperconsumidores vorazes e indiferentes às consequências de seus atos sobre o meio ambiente ecologicamente equilibrado e sobre as gerações atuais e futuras.

O consumismo é uma economia do logro, do excesso e do lixo, pois faz que o ser humano trabalhe duro para adquirir mais coisas, mas traz a sensação de insatisfação porque sempre há alguma coisa melhor, maior e mais rápida do que no presente. Ao mesmo

tempo, as coisas que se possuem e se consomem enchem não apenas os armários, as garagens, as casas e as vidas, mas também as mentes das pessoas.

Nessa sociedade líquido-moderna de hiperconsumidores, o desejo satisfeito pelo consumo gera a sensação de algo ultrapassado; o fim de um consumo significa a vontade de iniciar qualquer outro. Nessa vida de hiperconsumo e para o hiperconsumo, a pessoa natural fica tentada com a gratificação própria imediata, mas, ao mesmo tempo, os cérebros não conseguem compreender o impacto cumulativo em um nível coletivo. Assim, um desejo satisfeito torna-se quase tão prazeroso e excitante quanto uma flor murcha ou uma garrafa de plástico vazia.

O hiperconsumismo afeta não apenas a relação simbiótica entre o ser humano e o planeta, como também fere de morte a moral, ao passo que torna tudo e todos algo precificável, descartável e indiferente.

Fellipe V. B. Fraga e Bruno B. de Oliveira. *O consumo colaborativo como mecanismo de desenvolvimento sustentável na sociedade líquido-moderna*. LAECC. Edição do Kindle (com adaptações).

Com base nas ideias e nos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item que se segue.

No parágrafo, os sujeitos das formas verbais “pressupõe” e “é” são classificados como oracionais, por serem constituídos pelos verbos “fazer” e “curtir”, respectivamente

- () CERTO
- () ERRADO

26.(CEBRASPE (CESPE) - ANA LEG (ALECE)/ALECE/LÍNGUA PORTUGUESA/GRAMÁTICA NORMATIVA E REVISÃO ORTOGRÁFICA/2021)

Texto 14A1-I

A língua é o espaço que forma o escritor. Tentar compreendê-la (essa tarefa impossível) será, portanto, um bom caminho para compreender a atividade da literatura. A questão é que há tantas línguas, e isso no universo do mesmo idioma, quanto há escritores. Quando falo de língua, não me refiro apenas ao simples depósito de palavras que circulam em uma comunidade, nem a um sistema gramatical normativo às vezes mais, às vezes menos estável numa sociedade, numa estação do ano, num sexo, numa região, numa família ou em parte dela, num lugarejo, numa classe social, naquela rua, num determinado dia, num livro e quase nunca num país inteiro.

A língua em que circula o escritor jamais é uma entidade unitária. Não pode ser, em caso algum, uma ordem unida. Porque a matéria da literatura não é um sistema abstrato de regras e relações, uma análise combinatória de fonemas ou um conjunto de universais semânticos como tem sido a língua para uma corrente considerável dos cientistas da língua. Justamente por serem abstratos, justamente por serem apenas fonemas e justamente por serem universais, esses elementos primeiros são desprovidos de significado: servindo a todos, não servem a ninguém. De fato, não chegam a se constituir em “língua”, face a outra parte indispensável da palavra: ofalante.

O falante, o homem que tem a palavra é, portanto, o verdadeiro território do escritor: a língua real é ele. E em que sentido ele pode ser considerado uma entidade universal? Isso interessa porque, no exato momento em que uma palavra ganha vida, na voz do falante, ela ganha também o seu limite: o pé no chão, que

Conjunto dos Números Reais (R)

O conjunto dos números reais é representado pelo R e é formado pela junção do conjunto dos números racionais com o conjunto dos números irracionais. Não esqueça que o conjunto dos racionais é a união dos conjuntos naturais e inteiros. Podemos dizer que entre dois números reais existem infinitos números.

Entre os conjuntos números reais, temos:

$R^* = \{x \in R \mid x \neq 0\}$: conjunto dos números reais não-nulos.

$R^+ = \{x \in R \mid x \geq 0\}$: conjunto dos números reais não-negativos.

$R^{*+} = \{x \in R \mid x > 0\}$: conjunto dos números reais positivos.

$R^- = \{x \in R \mid x \leq 0\}$: conjunto dos números reais não-positivos.

$R^{*-} = \{x \in R \mid x < 0\}$: conjunto dos números reais negativos.

— Múltiplos e Divisores

Os conceitos de múltiplos e divisores de um número natural estendem-se para o conjunto dos números inteiros². Quando tratamos do assunto múltiplos e divisores, referimo-nos a conjuntos numéricos que satisfazem algumas condições. Os múltiplos são encontrados após a multiplicação por números inteiros, e os divisores são números divisíveis por um certo número.

Devido a isso, encontraremos subconjuntos dos números inteiros, pois os elementos dos conjuntos dos múltiplos e divisores são elementos do conjunto dos números inteiros. Para entender o que são números primos, é necessário compreender o conceito de divisores.

Múltiplos de um Número

Sejam a e b dois números inteiros conhecidos, o número a é múltiplo de b se, e somente se, existir um número inteiro k tal que $a = b \cdot k$. Desse modo, o conjunto dos múltiplos de a é obtido multiplicando a por todos os números inteiros, os resultados dessas multiplicações são os múltiplos de a.

Por exemplo, listemos os 12 primeiros múltiplos de 2. Para isso temos que multiplicar o número 2 pelos 12 primeiros números inteiros, assim:

$$\begin{aligned} 2 \cdot 1 &= 2 \\ 2 \cdot 2 &= 4 \\ 2 \cdot 3 &= 6 \\ 2 \cdot 4 &= 8 \\ 2 \cdot 5 &= 10 \\ 2 \cdot 6 &= 12 \\ 2 \cdot 7 &= 14 \\ 2 \cdot 8 &= 16 \\ 2 \cdot 9 &= 18 \\ 2 \cdot 10 &= 20 \\ 2 \cdot 11 &= 22 \\ 2 \cdot 12 &= 24 \end{aligned}$$

Portanto, os múltiplos de 2 são:

$$M(2) = \{2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24\}$$

Observe que listamos somente os 12 primeiros números, mas poderíamos ter listado quantos fossem necessários, pois a lista de múltiplos é dada pela multiplicação de um número por todos os inteiros. Assim, o conjunto dos múltiplos é infinito.

Para verificar se um número é ou não múltiplo de outro, devemos encontrar um número inteiro de forma que a multiplicação entre eles resulte no primeiro número. Veja os exemplos:

– O número 49 é múltiplo de 7, pois existe número inteiro que, multiplicado por 7, resulta em 49.

$$49 = 7 \cdot 7$$

– O número 324 é múltiplo de 3, pois existe número inteiro que, multiplicado por 3, resulta em 324.

$$324 = 3 \cdot 108$$

– O número 523 não é múltiplo de 2, pois não existe número inteiro que, multiplicado por 2, resulte em 523.

$$523 = 2 \cdot ?''$$

• Múltiplos de 4

Como vimos, para determinar os múltiplos do número 4, devemos multiplicar o número 4 por números inteiros. Assim:

$$\begin{aligned} 4 \cdot 1 &= 4 \\ 4 \cdot 2 &= 8 \\ 4 \cdot 3 &= 12 \\ 4 \cdot 4 &= 16 \\ 4 \cdot 5 &= 20 \\ 4 \cdot 6 &= 24 \\ 4 \cdot 7 &= 28 \\ 4 \cdot 8 &= 32 \\ 4 \cdot 9 &= 36 \\ 4 \cdot 10 &= 40 \\ 4 \cdot 11 &= 44 \\ 4 \cdot 12 &= 48 \end{aligned}$$

...

Portanto, os múltiplos de 4 são:

$$M(4) = \{4, 8, 12, 16, 20, 24, 28, 32, 36, 40, 44, 48, \dots\}$$

Divisores de um Número

Sejam a e b dois números inteiros conhecidos, vamos dizer que b é divisor de a se o número b for múltiplo de a, ou seja, a divisão entre b e a é exata (deve deixar resto 0).

Veja alguns exemplos:

– 22 é múltiplo de 2, então, 2 é divisor de 22.

– 63 é múltiplo de 3, logo, 3 é divisor de 63.

– 121 não é múltiplo de 10, assim, 10 não é divisor de 121.

Para listar os divisores de um número, devemos buscar os números que o dividem. Veja:

– Liste os divisores de 2, 3 e 20.

$$D(2) = \{1, 2\}$$

$$D(3) = \{1, 3\}$$

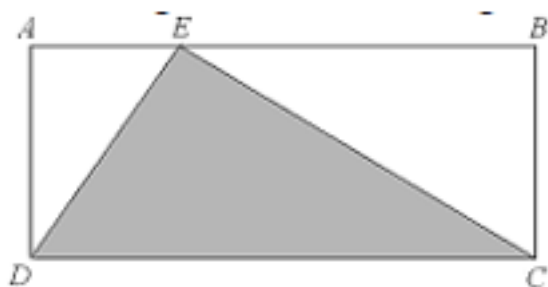
$$D(20) = \{1, 2, 4, 5, 10, 20\}$$

Observe que os números da lista dos divisores sempre são divisíveis pelo número em questão e que o maior valor que aparece nessa lista é o próprio número, pois nenhum número maior que ele será divisível por ele.

Por exemplo, nos divisores de 30, o maior valor dessa lista é o próprio 30, pois nenhum número maior que 30 será divisível por ele. Assim:

$$D(30) = \{1, 2, 3, 5, 6, 10, 15, 30\}.$$

² <https://brasilescola.uol.com.br/matematica/multiplos-divisores.htm>



- () CERTO
() ERRADO

47. (CEBRASPE (CESPE) - Sold (CBM AL)/CBM AL/2021)

Acerca de triângulos, julgue o próximo item.

Considere o triângulo retângulo e isósceles ABC, com lados $AB = BC = 1$. Nesse caso, sendo G o baricentro desse triângulo, é correto afirmar que o segmento AG é igual a

$$\sqrt{\frac{2}{6}}$$

- () CERTO
() ERRADO

48. (CEBRASPE (CESPE) - Sold (CBM AL)/CBM AL/2021)

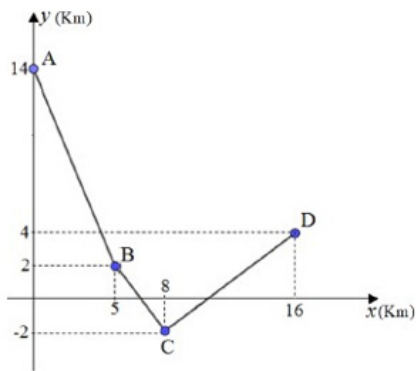
Acerca de triângulos, julgue o próximo item.

Considere o triângulo retângulo ABC, em que o ângulo $CAB = 60^\circ$, o ângulo $ABC = 30^\circ$, $AC = 1$ e $BC = \sqrt{3}$. Nesse caso, sendo CH o segmento de reta que representa a altura relativa ao vértice C, é correto afirmar que o comprimento do segmento AH é igual a $1/3$

- () CERTO
() ERRADO

49. (CEBRASPE (CESPE) - Of (CBM AL)/CBM AL/2021)

O gráfico a seguir representa, em um sistema cartesiano com coordenadas expressas em quilômetros, o trajeto percorrido por uma unidade móvel do corpo de bombeiros para deslocar-se da base de operações, localizada no ponto A, para um local de acidente, localizado no ponto D.



Considerando essas informações, julgue o próximo item.

Os segmentos CB e CD são perpendiculares.

- () CERTO
() ERRADO

50. (CEBRASPE (CESPE) - PPNS (PETROBRAS)/PETROBRAS/Geofísica/Geologia/2022)

Acerca de geometria e de geometria analítica, julgue o item subsequente.

Em um triângulo ABC tem-se que

$$AB = \sqrt{3}, BC = \frac{\sqrt{2} + \sqrt{6}}{2}$$

e

$$\angle ABC = 45^\circ$$

Nessa situação, é correto concluir que o lado $AC = \sqrt{2}$.

- () CERTO
() ERRADO

GABARITO

1	ERRADO
2	CERTO
3	CERTO
4	CERTO
5	E
6	ERRADO
7	ERRADO
8	ERRADO
9	ERRADO
10	ERRADO
11	CERTO
12	ERRADO
13	C
14	D
15	E
16	CERTO
17	ERRADO
18	CERTO
19	C
20	ERRADO
21	CERTO
22	CERTO

Poder Disciplinar

- Apura infrações e aplica penalidades;
- Para que o indivíduo seja submetido ao poder disciplinar, é preciso que possua vínculo funcional com a administração;
- A aplicação de sanção disciplinar deve ser acompanhada de processo administrativo no qual sejam assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, devendo haver motivação para que seja aplicada a penalidade disciplinar cabível;
- Pode ter caráter discricionário em relação à escolha entre sanções legalmente cabíveis e respectiva gradação.

Poder regulamentar

Com supedâneo no art. 84, IV, da Constituição Federal, consiste o poder regulamentar na competência atribuída aos Chefes do Poder Executivo para que venham a editar normas gerais e abstratas destinadas a detalhar as leis, possibilitando o seu fiel cumprimento e eficaz execução.

A doutrina não é unânime em relação ao uso da expressão poder regulamentar. Isso acontece, por que há autores que, assemelhando-se ao conceito anteriormente proposto, usam esta expressão somente para se referirem à faculdade de editar regulamentos conferida aos Chefes do Executivo. Outros autores, a usam com conceito mais amplo, acoplando também os atos gerais e abstratos que são emitidos por outras autoridades, tais como: resoluções, portarias, regimentos, deliberações e instruções normativas. Há ainda uma corrente que entende essas providências gerais e abstratas editadas sob os parâmetros e exigências da lei, com o fulcro de possibilitar-lhe o cumprimento em forma de manifestações do poder normativo.

No entanto, em que pese a mencionada controvérsia, prevalece como estudo e aplicação geral adotada pela doutrina clássica, que utiliza a expressão “poder regulamentar” para se referir somente à competência exclusiva dos Chefes do Poder Executivo para editar regulamentos, mantendo, por sua vez, a expressão “poder normativo” para os demais atos normativos emitidos por outras espécies de autoridades da Administração Direta e Indireta, como por exemplo, de dirigentes de agências reguladoras e de Ministros.

Registra-se que os regulamentos são publicados através de decreto, que é a maneira pela qual se revestem os atos editados pelo chefe do Poder Executivo. O conteúdo de um decreto pode ser por meio de conteúdo ou de determinado regulamento ou, ainda, a pela adoção de providências distintas. A título de exemplo desta última situação, pode-se citar um decreto que dá a designação de determinado nome a um prédio público.

Em razão de os regulamentos serem editados sob forma condizente de decreto, é comum serem chamados de decretos regulamentares, decretos de execução ou regulamentos de execução.

Podemos classificar os regulamentos em três espécies diferentes:

- Regulamento executivo;
- Regulamento independente ou autônomo;
- Regulamento autorizado.

Vejamos a composição de cada um deles:

Regulamento Executivo

Existem leis que, ao serem editadas, já reúnem as condições suficientes para sua execução, enquanto outras pugnam por um regulamento para serem executadas. Entretanto, em tese, qualquer lei é passível de ser regulamentada. Diga-se de passagem, até mes-

mo aquelas cuja execução não dependa de regulamento. Para isso, suficiente é que o Chefe do Poder Executivo entenda conveniente detalhar a sua execução.

O ato de regulamento executivo é norma geral e abstrata. Sendo geral pelo fato de não possuir destinatários determinados ou determináveis, vindo a atingir quaisquer pessoas que estejam nas situações reguladas; é abstrata pelo fato de dispor sobre hipóteses que, se e no momento em que forem verificadas no mundo concreto, passarão a gerar as consequências abstratamente previstas. Desta forma, podemos afirmar que o regulamento possui conteúdo material de lei, porém, com ela não se confunde sob o aspecto formal.

O ato de regulamento executivo é constituído por importantes funções. São elas:

1.º) Disciplinar a discricionariedade administrativa

Ocorre, tendo em vista a existência de discricionariedade quando a lei confere ao agente público determinada quantidade de liberdade para o exercício da função administrativa. Tal quantidade e margem de liberdade termina sendo reduzida quando da edição de um regulamento executivo que estipula regras de observância obrigatória, vindo a determinar a maneira como os agentes devem proceder no fiel cumprimento da lei.

Ou seja, ao disciplinar por intermédio de regulamento o exercício da discricionariedade administrativa, o Chefe do Poder Executivo, termina por voluntariamente limitá-la, vindo a estabelecer autêntica autovinculação, diminuindo, desta forma, o espaço para a discussão de casos e fatos sem importância para a administração pública.

2.º) Uniformizar os critérios de aplicação da lei

É interpretada no contexto da primeira, posto que o regulamento ao disciplinar a forma com que a lei deve ser fielmente cumprida, estipula os critérios a serem adotados nessa atividade, fato que impede variações significativas nos casos sujeitos à lei aplicada. Exemplo: podemos citar o desenvolvimento dos servidores na carreira de Policial Rodoviário Federal.

Criadora da carreira de Policial Rodoviário Federal, a Lei 9.654/1998 estabeleceu suas classes e determinou que a investidora no cargo de Policial Rodoviário Federal teria que se dar no padrão único da classe de Agente, na qual o titular deverá permanecer por pelo menos três anos ou até obter o direito à promoção à classe subsequente, nos termos do art. 3.º, § 2.º.

A antiguidade e o merecimento são os principais requisitos para que os servidores públicos sejam promovidos. No entanto, o vocábulo “merecimento” é carregado de subjetivismo, fato que abriria a possibilidade de que os responsáveis pela promoção dos servidores, alegando discricionariedade, viessem a agir com base em critérios obscuros e casuístas, vindo a promover perseguições e privilégios. E é por esse motivo que existe a necessidade de regulamentação dos requisitos de promoção, como demonstra o próprio estatuto dos servidores públicos civis federais em seu art. 10, parágrafo único da Lei 8.112/1990.

Com o fulcro de regulamentar a matéria, foi editado o Decreto 8.282/2014, que possui como atributo, detalhar os requisitos e estabelecer os devidos critérios para promoção dos Policiais Rodoviários Federais, dentre os quais se encontra a obtenção de “resultado satisfatório na avaliação de desempenho no interstício considerado para a progressão”, disposta no art. 4.º, II, “b”. Da mesma forma, a expressão “resultado satisfatório” também é evitada de subjetivi-

Art. 249. Até a edição da lei prevista no § 1º do art. 231, os servidores abrangidos por esta Lei contribuirão na forma e nos percentuais atualmente estabelecidos para o servidor civil da União conforme regulamento próprio.

Art. 250. O servidor que já tiver satisfeito ou vier a satisfazer, dentro de 1 (um) ano, as condições necessárias para a aposentadoria nos termos do inciso II do art. 184 do antigo Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União, Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, aposentar-se-á com a vantagem prevista naquele dispositivo. (Mantido pelo Congresso Nacional)

Art. 251. (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Art. 252. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do primeiro dia do mês subsequente.

Art. 253. Ficam revogadas a Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e respectiva legislação complementar, bem como as demais disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

FERNANDO COLLOR
Jarbas Passarinho

Este texto não substitui o publicado no DOU de 12.12.1990 e republicado em 18.3.1998

Brastra.gif (4376 bytes)

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que “dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais”.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL:

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL manteve, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, nos termos do § 7º do art. 66 da Constituição, promulgo as seguintes partes da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990:

“Art. 87

§ 1º

§ 2º Os períodos de licença-prêmio já adquiridos e não gozados pelo servidor que vier a falecer serão convertidos em pecúnia, em favor de seus beneficiários da pensão.

Art. 192. O servidor que contar tempo de serviço para aposentadoria com provento integral será aposentado:

I - com a remuneração do padrão de classe imediatamente superior àquela em que se encontra posicionado;

II - quando ocupante da última classe da carreira, com a remuneração do padrão correspondente, acrescida da diferença entre esse e o padrão da classe imediatamente anterior.

Art. 193. O servidor que tiver exercido função de direção, chefia, assessoramento, assistência ou cargo em comissão, por período de 5 (cinco) anos consecutivos, ou 10 (dez) anos interpolados, poderá aposentar-se com a gratificação da função ou remuneração do cargo em comissão, de maior valor, desde que exercido por um período mínimo de 2 (dois) anos.

§ 1º Quando o exercício da função ou cargo em comissão de maior valor não corresponder ao período de 2 (dois) anos, será incorporada a gratificação ou remuneração da função ou cargo em comissão imediatamente inferior dentre os exercidos.

§ 2º A aplicação do disposto neste artigo exclui as vantagens previstas no art. 192, bem como a incorporação de que trata o art. 62, ressalvado o direito de opção.

Art. 231.

§ 1º

§ 2º O custeio da aposentadoria é de responsabilidade integral do Tesouro Nacional.

Art. 240.

a)

b)

c)

d) de negociação coletiva;

e) de ajuizamento, individual e coletivamente, frente à Justiça do Trabalho, nos termos da Constituição Federal.

Art. 250. O servidor que já tiver satisfeito ou vier a satisfazer, dentro de 1 (um) ano, as condições necessárias para a aposentadoria nos termos do inciso II do art. 184 do antigo Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União, Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, aposentar-se-á com a vantagem prevista naquele dispositivo.”

LEI Nº 8.666/1993, ARTS. 1º A 6º, 20 A 26, E 54 A 80, E ALTERAÇÕES.

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

SEÇÃO I DOS PRINCÍPIOS

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Eventos mutuamente exclusivos, dois ou mais eventos são mutuamente exclusivos quando a ocorrência de um deles implica a não ocorrência do outro. Se A e B são eventos mutuamente exclusivos, então: $A \cap B = \emptyset$.

Sejam os eventos:

A: quando lançamos um dado, o número na face voltada para cima é par.

$A = \{2, 4, 6\}$

B: quando lançamos um dado, o número da face voltada para cima é divisível por 5.

$B = \{5\}$

Os eventos A e B são mutuamente exclusivos, pois $A \cap B = \emptyset$.

Probabilidade em espaços equiprováveis

Considerando um espaço amostral S, não vazio, e um evento E, sendo $E \subset S$, a probabilidade de ocorrer o evento E é o número real $P(E)$, tal que:

$$P(E) = \frac{n(E)}{n(S)}$$

Se $0 \leq P(E) \leq 1$ e S um **conjunto equiprovável**, ou seja, **todos os elementos têm a mesma "chance de acontecer"**.

Onde:

$n(E)$ = número de elementos do evento E.

$n(S)$ = número de elementos do espaço amostral S.

$$P(E) = \frac{n(E)}{n(S)} = \frac{3}{6} = \frac{1}{2} = 0,5 \text{ ou } 50\%$$

Exemplo

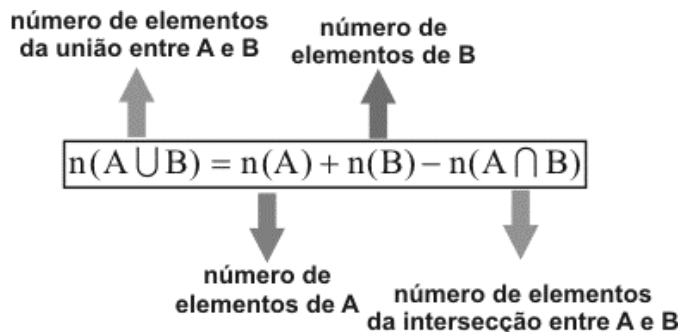
Lançando-se um dado, a probabilidade de sair um número ímpar na face voltada para cima é obtida da seguinte forma:

$S = \{1, 2, 3, 4, 5, 6\}$ $n(S) = 6$

$E = \{1, 3, 5\}$ $n(E) = 3$

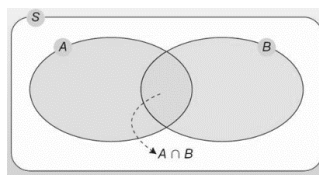
Probabilidade da união de dois eventos

Vamos considerar A e B dois eventos contidos em um mesmo espaço amostral S, o número de elementos da reunião de A com B é igual ao número de elementos do evento A somado ao número de elementos do evento B, subtraindo o número de elementos da intersecção de A com B.



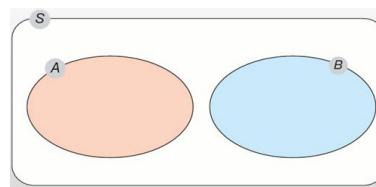
Se $n(S)$ o número de elementos do espaço amostral, vamos dividir os dois membros da equação por $n(S)$ a fim de obter a probabilidade $P(A \cup B)$.

$$\frac{n(A \cup B)}{n(S)} = \frac{n(A)}{n(S)} + \frac{n(B)}{n(S)} - \frac{n(A \cap B)}{n(S)}$$



$$P(A \cup B) = P(A) + P(B) - P(A \cap B)$$

Para eventos mutuamente exclusivos, onde $A \cap B = \emptyset$, a equação será:



$$P(A \cup B) = P(A) + P(B)$$

Exemplo

A probabilidade de que a população atual de um país seja de 110 milhões ou mais é de 95%. A probabilidade de ser 110 milhões ou menos é de 8%. Calcule a probabilidade de ser 110 milhões.

Se $P(A)$ a probabilidade de ser 110 milhões ou mais: $P(A) = 95\% = 0,95$

Se $P(B)$ a probabilidade de ser 110 milhões ou menos: $P(B) = 8\% = 0,08$

$P(A \cap B)$ = a probabilidade de ser 110 milhões: $P(A \cap B) = ?$

$P(A \cup B) = 100\% = 1$

Utilizando a regra da união de dois eventos, temos:

$$P(A \cup B) = P(A) + P(B) - P(A \cap B)$$

$$1 = 0,95 + 0,08 - P(A \cap B)$$

$$P(A \cap B) = 0,95 + 0,08 - 1$$

$$P(A \cap B) = 0,03 = 3\%$$

Probabilidade condicional

Vamos considerar os eventos A e B de um espaço amostral S, definimos como probabilidade condicional do evento A, tendo ocorrido o evento B e indicado por $P(A | B)$ ou, a razão $P\left(\frac{A}{B}\right)$:

Lemos $P(A | B)$ como: a probabilidade de A "dado que" ou "sabendo que" a probabilidade de B.

Exemplo

No lançamento de 2 dados, observando as faces de cima, para calcular a probabilidade de sair o número 5 no primeiro dado, sabendo que a soma dos 2 números é maior que 7.

para $Q = 1, \dots, 5$. Com base nessas informações, julgue o seguinte item.

Em média, cada veículo de passeio que circula no referido município transporta duas pessoas. Portanto, se, em determinado momento, houver 10 mil veículos circulando nesse município, a quantidade esperada de pessoas que estão sendo transportadas por todos esses veículos, incluindo-se os condutores, será igual a 20 mil.

- () CERTO
() ERRADO

2. CEBRASPE (CESPE) - 2012 - AGENTE ADMINISTRATIVO (PRF)

Considere os eventos A, B, C e D, definidos abaixo, relativos ao número de veículos por família em determinada cidade.

- A = uma família possui 1 ou mais veículos;
B = uma família possui 2 ou mais veículos;
C = uma família possui 3 ou mais veículos;
D = uma família possui 4 ou mais veículos.

Considere, ainda, que as probabilidades de ocorrência desses eventos são: $P(A) = 0,9$; $P(B) = 0,6$; $P(C) = 0,3$ e $P(D) = 0$. Com base nessas informações, julgue o item que se segue.

O número médio de veículos por família na referida cidade é igual ou superior a 2.

- () CERTO
() ERRADO

3. CEBRASPE (CESPE) - 2012 - AGENTE ADMINISTRATIVO (PRF)

Q	P (%)
1	50
2	20
3	15
4	10
5	5

A tabela acima mostra a distribuição da quantidade Q de pessoas transportadas, incluindo o condutor, por veículo de passeio circulando em determinado município, obtida como resultado de uma pesquisa feita nesse município para se avaliar o sistema de transporte local. Nessa tabela, P representa a porcentagem dos veículos de passeio circulando no município que transportam Q pessoas, para $Q = 1, \dots, 5$. Com base nessas informações, julgue o seguinte item.

Como a moda da distribuição descrita representa a maior frequência observada, seu valor é igual a 50%.

- () CERTO
() ERRADO

4. CEBRASPE (CESPE) - 2012 - AGENTE ADMINISTRATIVO (PRF)

estatística	valor (acidentes por dia)
média	10
mediana	8
desvio padrão	12
primeiro quartil	5
terceiro quartil	15

A tabela acima apresenta as estatísticas produzidas em um levantamento acerca do número diário de acidentes que envolvem motocicletas em determinado local. Com base nessas informações, julgue o próximo item.

A variância da distribuição do número diário de acidentes com motocicletas no referido local é inferior a 100.

- () CERTO
() ERRADO

5. CEBRASPE (CESPE) - 2012 - AGENTE ADMINISTRATIVO (PRF)

estatística	valor (acidentes por dia)
média	10
mediana	8
desvio padrão	12
primeiro quartil	5
terceiro quartil	15

A tabela acima apresenta as estatísticas produzidas em um levantamento acerca do número diário de acidentes que envolvem motocicletas em determinado local. Com base nessas informações, julgue o próximo item.

O coeficiente de variação da distribuição em questão é superior a 1 e inferior a 1,4.

- () CERTO
() ERRADO

6. CEBRASPE (CESPE) - 2012 - AGENTE ADMINISTRATIVO (PRF)

Q	P (%)
1	50
2	20
3	15
4	10
5	5

A tabela acima mostra a distribuição da quantidade Q de pessoas transportadas, incluindo o condutor, por veículo de passeio circulando em determinado município, obtida como resultado de uma pesquisa feita nesse município para se avaliar o sistema de trans-